

AGROICONE LANÇA ESTUDO SOBRE DEZ ANOS DO PLANO ABC E APRESENTA PROPOSTAS PARA ADAPTÁ-LO ÀS DEMANDAS DESTA DÉCADA

POR CAROLINE MARTIN
Especial para *O Papel*

Lima: "Se a reformulação contasse com uma participação maior do setor de árvores plantadas seria bastante interessante, partindo do princípio de que se trata de um setor com um capital natural gigantesco, vindo de seu próprio ciclo produtivo, que pode ser um excelente contribuinte da agenda para frear a mudança do clima"

Em outubro de 2020, a Agroicone – organização formada por uma equipe multidisciplinar com competência nas áreas econômica, regulatória/jurídica, territorial, socioambiental e de comunicação, focada na geração de conhecimento e soluções para transformar o setor agropecuário – lançou o estudo **Plano ABC: Evidências do período 2010-2020 e propostas para uma nova fase 2021-2030**.

O trabalho faz uma revisão crítica dos principais pontos do Plano ABC, como é conhecido o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, encabeçado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), desde 2011.

“Quando o Plano ABC foi criado, seu principal objetivo era reunir tecnologias que permitissem a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ao longo dos anos, ficou claro que as tecnologias do ABC levaram a outros resultados positivos, além de reduzir emissões. A partir delas, foi possível produzir mais e aumentar a resiliência dos sistemas produtivos”, faz o balanço Rodrigo C. A. Lima, sócio-diretor da Agroicone.

Tecnologias de irrigação, produção de biogás e fertilizantes a partir do tratamento de dejetos animais e energia fotovoltaica são alguns exemplos das práticas e tecnologias sugeridas pelo estudo para serem incluídas na segunda fase do Plano ABC, a fim de fomentar inovação e avanços na consolidação da agropecuária de baixo carbono. Entre as práticas que poderiam incentivar ainda mais a resiliência dos sistemas produtivos, destacam-se polinização, produção orgânica, agroflorestal, sistemas de produção integrados e regenerativos, recuperação de vegetação nativa, insumos biológicos e adubação verde.

Visando expandir o entendimento sobre agropecuária de baixo carbono, o estudo da Agroicone também aponta aspectos que podem ser reformulados para atender às demandas e expectativas do cenário atual. Em paralelo à incorporação de novas tecnologias e práticas, portanto, o estudo traz proposições para a gestão do Plano ABC que irá marcar o período de 2021-2030 – e que deve ser apresentado pelo MAPA em meados de

AO LONGO DOS ANOS, FICOU CLARO QUE AS TECNOLOGIAS DO ABC LEVARAM A OUTROS RESULTADOS POSITIVOS, ALÉM DE REDUZIR EMISSÕES. A PARTIR DELAS, FOI POSSÍVEL PRODUZIR MAIS E AUMENTAR A RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS PRODUTIVOS

novembro deste ano. “A gestão estadual do Plano ABC seria um avanço muito importante, considerando que existem desafios regionais diferentes e cada estado poderia definir suas prioridades e estratégias, buscar parcerias e recursos necessários”, diz Lima exemplificando um dos pontos abordados pelo estudo da Agroicone.

Na entrevista a seguir, ele detalha os destaques do balanço da última década e comenta como eles podem servir de referência para que os próximos desdobramentos sejam desenhados de forma mais estratégica e efetiva.

O Papel – Quais são os principais pontos a serem destacados a respeito do andamento do Plano ABC ao longo da última década?

Rodrigo C. A. Lima, sócio-diretor da Agroicone – O primeiro aspecto importante a ser ressaltado é que, desde a sua implementação, em 2011, o Plano ABC já apresenta um alcance de mais de 40 milhões de hectares de área. Isso significa que estamos falando de mais de 40 milhões de hectares de área que adotaram as tecnologias propostas no Plano para incentivar a adoção de práticas ambientalmente mais apropriadas, rumo a uma agropecuária de baixo carbono. É um dado bastante relevante, se levarmos em conta que o Plano foi construído no momento em que se discutia a agropecuária de baixo carbono com um viés meramente focado na redução das emissões de GEE. Em dezembro de 2009, durante a 15.ª Conferência das Partes (COP15), em Copenhague, o Brasil anunciou o compromisso voluntário de reduzir emissões de GEE entre 36,1% a 38,9% até 2020. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), aprovada pela Lei no 12.187 de 29 de dezembro de 2009, definiu a redução de emissões (mitigação) e a adoção de medidas que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos (adaptação) como base para alcançar os compromissos do País. A partir daí, o Brasil começou a desenhar planos setoriais para alcançar a meta estipulada. O Plano ABC destaca-se como um desses planos setoriais. Então, no momento da criação, o Plano nasceu com essa marca bastante volta-

da à mitigação. O que podemos avaliar hoje é que toda a adoção de tecnologias e práticas de agropecuária de baixo carbono transcendem a questão de mitigação ou redução de GEE. Esse avanço é importante, diante do cenário que foi se desdobrando nos últimos anos, porque a discussão de agropecuária e suas diversas cadeias produtivas deixou de ser um tema essencialmente centrado em mitigação de GEE. O plano internacional focado na contenção da mudança climática passou a pensar em uma adaptação mais ampla. Eu diria que esse é outro aspecto relevante que o estudo aponta: ao longo dos anos de implementação, o Plano ABC trouxe benefícios que vão além da quantidade de área que foi implementado com as tecnologias e práticas previstas, trazendo esse contexto macro de adaptação ambiental para discussão.

O Papel – Esses resultados positivos, mensurados em paralelo às tecnologias e práticas adotadas, foram surpreendentes?

Lima — Não é que tenha sido uma surpresa. O Plano apresentava, inclusive, um capítulo dedicado a adaptações de forma mais ampla, mas ainda de maneira incipiente. Hoje, temos clareza de que o manejo adequado de uma determinada cultura, como os corredores ecológicos adotados pelo setor de florestas plantadas, que conectam plantios comerciais com áreas de vegetação nativa, resultam em uma resiliência do sistema produtivo como um todo muito maior, o que naturalmente expande os benefícios da prática adotada. O que quero dizer e mostrar é que o conceito de agropecuária de baixo carbono evoluiu bastante com a implementação do Plano ABC e hoje é possível falar de adaptação no cerne das políticas de agropecuária, o que é muito importante para a definição dos próximos passos e da criação da nova fase do ABC.

O Papel – No que compete à indústria de base florestal, qual é o balanço da participação no Plano ABC durante a última década?

Lima – O setor de florestas plantadas situa-se entre os setores que tiveram menor alcance em termos de áreas que adotaram tecnologias de agropecuária de baixo carbono listadas no Plano ABC. Enquanto a meta era chegar a 3 milhões de hectares de novas áreas com plantios comerciais, a estimativa é que, entre 2010 e 2018, tenham sido implantados 784 mil hectares novos de florestas plantadas. Isso pode ser entendido como um fracasso do Plano ABC? Entendo que não, já que as razões pelas quais o setor não cresceu tanto neste período ultrapassam a implementação do Plano. Há outras discussões envolvidas, a exemplo da questão da aquisição de terras por estrangeiros, das fusões e aquisições realizadas por empresas do setor e que mudaram o cenário visto há alguns anos, entre outras. Essas questões estão fora do escopo de implementação do Plano ABC propriamente dito. Por isso eu diria que é importante fazer uma análise mais profunda, além das metas pré-definidas e dos números registrados. Vale ponderar, ainda, que o financiamento via Programa ABC possui limitações, especialmente considerando as particularidades do setor florestal.

O Papel – Dando enfoque ao desdobramento do Plano ABC em si, alguns desafios práticos também puderam ser constatados pelo estudo?

Lima – Sim, o estudo identificou pontos que precisam de melhorias para fortalecer a implementação do Plano ABC. Vale lembrar que o Plano foi criado para promover a adoção de novas tecnologias e, para tal, era necessário oferecer crédito. Surgiu então o Programa ABC, que é o braço financeiro

do Plano. Dos Planos Safra 2010/2011 até 2019/2020 (dados atualizados até o mês de maio de 2020), o Programa ABC financiou R\$ 19,6 bilhões, sendo a recuperação de pastagens degradadas, o Sistema de Plantio Direto (SPD) e a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) as práticas que mais tomaram recursos. Tomando o setor de florestas plantadas como exemplo, é possível notar que algumas questões relacionadas à linha de crédito fazem com que o Programa não seja tão atraente ao segmento. Via de regra são créditos tomados por produtores rurais com CPF, quando, na verdade, sabemos que há pessoas físicas plantando florestas, mas o grande volume de área vem das empresas do setor. Na prática, portanto, as empresas encontram outras formas de captação de recursos mais vantajosas do que as disponibilizadas pelo Programa ABC. É preciso que o braço financeiro que visa fomentar as tecnologias e práticas previstas no Plano tenha um pensamento mais estratégico e passe por uma remodelação que permita dar escala à implementação das ações no período 2021-2030. Se não houver uma reestruturação da arquitetura do Plano ABC, em conjunto com o Programa ABC, estaremos sempre aquém do possível diante de uma política de agropecuária de baixo carbono – que, é importante frisar, faz todo sentido para o Brasil no cenário global, em que não existem mais acordos voluntários em busca de redução de GEE, mas sim metas obrigatórias e mais amplas. Se essa reformulação contasse com uma participação maior do setor de árvores plantadas seria bastante interessante, partindo do princípio de que se trata de um setor com um capital natural gigantesco, vindo de seu próprio ciclo produtivo, que pode ser um excelente contribuinte da agenda para frear a

mudança do clima. Com a expansão da área de florestas plantadas, há possibilidade de gerar créditos de carbono que poderão ser comercializados, a partir das propostas do Acordo de Paris. É estratégico para o País, até do ponto de vista de imagem, reconsiderar o papel do setor de florestas plantadas dentro do Plano ABC.

O Papel – Ainda sobre a avaliação feita a respeito do período 2010-2020, houve algum tipo de interação entre diferentes segmentos para que boas práticas e incrementos tecnológicos fossem adotados como referência e aplicados de forma ampla?

Lima – Houve, sim, e esse é um dos benefícios não mensuráveis do Plano ABC. Um produtor que passou a plantar florestas, quando antes não exercia essa atividade, por exemplo, contou com o auxílio de uma assistência técnica especializada para a implementação das tecnologias necessárias. E esse suporte foi crucial para que os investimentos nas propriedades e nos sistemas produtivos fossem bem-sucedidos. O lado de assistência técnica e de conhecimento sobre o que fazer para implementar as tecnologias de agropecuária de baixo carbono trouxeram excelentes ganhos ao funcionamento prático do Plano ABC. Eles refletiram ganhos socioeconômicos para as regiões e para as cadeias produtivas que não foram mensurados nos dados compilados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ao fazer o balanço da política. Tocantins tem bons exemplos da implementação do Plano ABC com o envolvimento de diversos atores públicos e privados, assim como Piauí e São Paulo. Então, eu diria que, a partir do objetivo de implementação de novas tecnologias e práticas, pudemos conferir um poder de alavancagem muito grande entre esses diferentes atores.

O Papel – Direcionando o olhar ao planejamento para os próximos anos, quais principais diretrizes devem pautar as novas ações?

Lima – O estudo produzido pela Agroicone traz propostas de diversos atores participantes do Plano ABC, que merecem ser consideradas na construção dessa nova fase do Plano, elaborada pelo MAPA. Fomos consultados pelo MAPA, a princípio, com o intuito de dar enfoque às ações realizadas até aqui. Pelo que temos

HÁ UM AMADURECIMENTO EXPRESSIVO SOBRE A AGENDA DO CLIMA PROPOSTA PELA ONU, UM ENVOLVIMENTO PESADO DO SETOR FINANCEIRO E UM MERCADO DE CARBONO PRESTES A SE CONSOLIDAR. É DE SE ESPERAR QUE ESSE PROCESSO PARTICIPATIVO TAMBÉM SEJA MAIOR

acompanhado do andamento do projeto, o MAPA deve aprovar a nova fase do Plano ABC até novembro próximo. Diante dessa expectativa, iniciamos um projeto específico para oferecer contribuições diretas do setor privado para esta nova fase do ABC. Vamos trabalhar nisso, reforçando que o momento em que vivemos atualmente é

muito diferente daquele vivido em 2010. Hoje em dia, há um amadurecimento expressivo sobre a agenda do clima proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), um envolvimento pesado do setor financeiro e um mercado de carbono prestes a se consolidar. É de se esperar que esse processo participativo também seja maior. A minha expectativa é que as reformulações sejam estratégicas e estejam em linha com as demandas atuais. E que o calendário corra conforme o planejado para que o Brasil viaje à próxima COP com uma política estruturada. Mas eu tendo a crer que o MAPA deverá fazer um esforço muito grande para cumprir com esse compromisso.

O Papel – Você vê uma mobilização adequada de todos os atores envolvidos no desenvolvimento do Plano, no sentido de unir forças para superar essas dificuldades e levar o planejamento adiante?

Lima – Vejo que o início desse processo colaborativo parte do próprio Ministério, que tem se dedicado a fazer o balanço do que foi feito nos últimos anos e a ouvir o setor privado para coletar contribuições relevantes. Mas, infelizmente, ainda não vejo o setor produtivo se mobilizando de forma mais proativa, a ponto de bater na porta do MAPA para discutir alguns pontos da política e torná-los mais estratégicos. O setor produtivo como um todo deveria estar mais atento ao andamento desse projeto, já que é uma política que pode ser muito melhor explorada e adaptada à realidade atual, trazendo benefícios em diferentes frentes. ■



Confira o PDF do estudo completo neste ícone clicável da nossa versão digital: www.opapeldigital.org.br